

Yan de Souza Carreirão e Fernanda Paula do Nascimento

As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006)

O trabalho analisa as estratégias dos partidos brasileiros ao lançar candidatos para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual, em todo Brasil, no período compreendido entre 1986 e 2006, tentando responder as seguintes perguntas: quais partidos privilegiaram uma estratégia de lançar candidatos isoladamente (sem coligações) e em que momento(s) deste período? Quais os padrões ideológicos das coligações realizadas? As candidaturas lançadas por coligações ideologicamente inconsistentes são punidas pelo eleitor, levando a uma taxa de sucesso eleitoral menor deste tipo de candidaturas do que a das candidaturas lançadas por partidos isoladamente ou por coligações ideologicamente consistentes? As coalizões formadas em âmbito nacional, de apoio ou oposição ao governo federal, influenciam as estratégias coligacionistas nas eleições para os cargos aqui analisados?

Inicialmente é apresentada uma revisão da literatura brasileira sobre coligações, com ênfase na literatura recente; depois são analisados os padrões das candidaturas (isoladas ou em coligações) segundo a dimensão ideológica e segundo a dimensão governo/oposição, para o conjunto dos partidos e para cada um dos principais partidos brasileiros do período. Na seção seguinte, há uma análise do rendimento eleitoral das diferentes estratégias de formação de candidaturas, para os cargos de governador e senador. Seguem as considerações finais, sistematizando as conclusões e apontando hipóteses explicativas para os principais padrões encontrados.

O debate sobre coligações na literatura brasileira

A literatura brasileira tem se debruçado sobre vários aspectos relacionados às coligações eleitorais: sejam seus impactos sobre a fragmentação do sistema partidário ou sobre a representatividade do sistema político (SOUZA, 1976; SANTOS, 1987; LIMA JR., 1983; NICOLAU, 1996; TAVARES, 1998; SCHMITT, 1999, DALMORO e FLEISCHER, 2005), sejam as motivações dos partidos ao realizá-las. Quanto a este último tópico, grande parte da literatura afirma que seu objetivo mais geral é ampliar as chances eleitorais dos partidos e que a decisão estratégica sobre coligações é tomada com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais (SOUZA, 1976; LIMA JR, 1983; SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1994; SOUSA, 2006, entre outros)¹. Mas, as coligações poderiam também, segundo Machado e Miguel, para além do cálculo eleitoral mais imediato, ter uma função de sinalizar “aos demais membros do campo político afinidades com determinados grupos e afastamento de outros”, de forma a estabelecer parcerias “no momento pós-eleitoral ou mesmo durante um segundo turno” (MACHADO e MIGUEL, 2008, p. 5). Interessam-nos aqui duas questões específicas que estão relacionadas a estas motivações: o peso, nas estratégias coligacionistas dos partidos, de seus posicionamentos ideológicos e de seus posicionamentos diante da polaridade governo/oposição (em âmbito federal).

Influência do posicionamento ideológico dos partidos na formação de coligações

Do ponto de vista ideológico, uma questão central é a de saber se o posicionamento ideológico dos partidos entra no cálculo dos dirigentes, quando da decisão de realizar coligações. Se a realização de coligações com partidos de posicionamentos ideológicos diferentes é percebida pelos dirigentes de um partido como tendo um custo relevante em termos da perda de eleitores, simpatizantes ou militantes, isso pode levá-los a evitar realizar este tipo de coligação. Em caso negativo, ou no caso em que avaliem que a perda de simpatizantes e militantes é compensada pelo ganho em eleitores, pode prevalecer um quadro em que ocorrem os mais diferentes tipos de coligação, em termos ideológicos.

¹ Neste cálculo, segundo Nicolau (1996), entrariam a magnitude dos distritos eleitorais, o tamanho do partido, o tempo de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, o número de candidatos que os partidos podem lançar e o poder de chantagem dos partidos.

Boa parte da literatura sobre o período 1945/64 (SCHWARTZMAN, 1971; SOUZA, 1976; LIMA JR., 1983; SANTOS, 1987) minimiza o posicionamento ideológico dos partidos como variável relevante na explicação das coligações, postulando que a decisão sobre coligações é tomada com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais em que a ideologia é fator secundário. Exceções a esta perspectiva são os trabalhos de Oliveira (1973) e Soares (1964); este último, embora admita que os partidos tentem maximizar seu desempenho eleitoral com as alianças, postula que “os partidos com bases classistas não podem coligar-se impunemente com partidos representantes de classes sociais antagônicas”, já que “tanto para atrair, quanto para manter a atração com relação a determinada classe social, um partido tem que funcionar como representante dessa classe. Os desvios dessa função são punidos com a perda de grande parte do eleitorado” (SOARES, 1964, p. 107).

No que se refere ao sistema partidário atual, o balanço de um conjunto de estudos com bases empíricas variadas revela não haver consenso: alguns estudos apontam certo predomínio das coligações ideologicamente consistentes, ou, pelo menos, que o grau de inconsistência das coligações não é tão grande quanto aparece na avaliação predominante nos meios de comunicação (NICOLAU, 1994; SCHMITT, 1999). Outros estudos, porém, indicam uma predominância de um cálculo em que as considerações ideológicas teriam menor importância (NOVAES, 1994; FIGUEIREDO, 1994; SOUSA, 2006; DANTAS, 2007). Por fim, algumas das análises relativas a eleições mais recentes, mesmo que apontem certa relevância dos posicionamentos ideológicos dos partidos nas decisões sobre coligações, indicam também o crescimento das coligações inconsistentes, ao longo do período em que vigora o atual sistema partidário (MACHADO, 2005; CARREIRÃO, 2006; MACHADO, 2007; MIGUEL e MACHADO, 2007; MACHADO e MIGUEL, 2008). São necessários, portanto, mais estudos empíricos sobre os diversos cargos e níveis para que se possa ter uma compreensão maior do fenômeno. Um dos principais objetivos deste artigo é o de trazer evidências que possam contribuir nessa direção.

Influência das coalizões em âmbito federal na formação de coligações

No que se refere à dimensão governo/oposição, estudos como os de Lima JR. (1983) e Lavareda (1991) – para o período 1945/64 – e os de Krause

(2005), Sousa (2006) e Dantas (2007) – para o período atual – investigaram a influência das alianças no âmbito dos governos estaduais sobre as coligações para diferentes cargos. Estudos recentes voltados para as eleições municipais entre 1996 e 2004 (RIBEIRO, 2005; DANTAS, 2007; MACHADO, 2007; MIGUEL e MACHADO, 2007; MACHADO e MIGUEL, 2008) tentam verificar em que medida as alianças formadas em torno do governo federal influenciaram as estratégias coligacionistas naquelas eleições.

Embora julguemos que a influência dos alinhamentos em torno dos governadores sobre as coligações realizadas para os cargos aqui analisados possa ser até maior do que a influência das alianças em âmbito federal, só esta última será objeto de investigação neste estudo, por limitações de tempo da pesquisa. Por isso, vamos nos ater a resenhar os estudos que analisam este âmbito. Dantas (2007) indica menor influência das alianças em torno do governo federal na definição de estratégias de coligação nas eleições municipais. Teriam mais influência os quadros de alianças no âmbito dos Estados. Machado e Miguel (2007 e 2008) mostram que a mudança ocorrida entre os governos FHC e Lula levou a um maior viés governista nas coligações, mas ainda com diferenciações importantes entre os partidos. Já Ribeiro (2005) aponta maior peso da dinâmica política nacional, que atuaria como um dos fatores determinantes das alianças eleitorais municipais.

Como se vê, também não há consenso sobre isso na literatura recente. Buscando contribuir com o debate, tentamos verificar se as coalizões de apoio ou oposição ao governo federal – vigentes no momento em que se dá cada eleição – influenciam as estratégias coligacionistas nas eleições para os cargos aqui estudados.

Padrões de coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputados federal e estadual no Brasil (1990/2006)

Embora o tema central de nosso estudo sejam as coligações, do nosso ponto de vista é relevante analisar também as candidaturas isoladas – verificar se são lançadas mais por partidos de esquerda, centro ou direita; por partidos do governo ou da oposição –, pois elas podem refletir estratégias específicas dos partidos em diferentes momentos do período em estudo. Em alguns casos podem significar uma estratégia duradoura de formação de uma imagem ideológica nítida que possa trazer apoio ao programa do partido e votos em longo prazo.

Nossa análise abarca as eleições entre 1986 e 2006. Não foi considerada a eleição de 1982, porque ali as coligações foram proibidas. Para as eleições de 1998, 2002 e 2006, foram utilizados os dados do *site* do TSE². Quanto às eleições de 1986, 1990 e 1994, no que se refere às eleições para governador, utilizamos os dados do *site* “Dados Eleitorais do Brasil”, organizado pelo professor Jairo Nicolau, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj)³. No que respeita às eleições para senador, a eleição de 1986 não foi incluída por não termos encontrado dados adequados no TSE, nos TREs ou em outras fontes. Em relação a 1990, utilizamos dados que o TSE nos enviou, com um arquivo com os relatórios escaneados de todos os TREs. Estes dados foram checados com outros de vários TREs, que nos foram enviados diretamente por eles, ou disponíveis em seus *sites*⁴. *Para a eleição de 1994, como no site* do TSE não há dados sobre coligações e nem todos os TREs possuem estes dados disponíveis, utilizamos os do *site* “Dados Eleitorais do Brasil”. Nas eleições para deputado estadual e federal de 1986 a 1994, utilizamos os dados de Sousa (2006, p. 131-134, Quadro 6.4) e do *site* “Dados Eleitorais do Brasil”. Sousa (2006) indica apenas as coligações (sem informar as candidaturas isoladas). Cruzando estes dados com os do *site* “Dados Eleitorais do Brasil”, é possível inferir quais partidos lançaram candidaturas isoladamente⁵.

As candidaturas (isoladas e em coligações) são analisadas segundo a dimensão ideológica (posicionamento esquerda/direita dos partidos) e segundo a dimensão que separa governo e oposição, em âmbito federal.

A dimensão ideológica

No que se refere à dimensão ideológica das coligações, parte-se aqui do pressuposto de que a diferenciação entre esquerda e direita, embora não seja a única forma possível de abordar as diferenças ideológicas entre os partidos, ainda é relevante para a análise, até porque boa parte dos atores

² <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/index.htm#>

³ <http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>

⁴ Aproveitamos para agradecer ao TSE e aos TREs do Amazonas, Distrito Federal, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Sergipe pelo envio de dados relativos a diversos anos eleitorais. Da mesma forma, agradecemos ao pesquisador Vivaldo de Sousa por nos ajudar com os dados de que dispunha.

⁵ Embora o uso de diferentes fontes não seja o ideal, optamos por este procedimento, de forma a cobrir o maior número de casos possível, utilizando fontes confiáveis.

sociais envolvidos de alguma forma na disputa política (representantes políticos, dirigentes e militantes partidários, imprensa, analistas especializados, parte do eleitorado) parece utilizar esta diferenciação em sua avaliação da disputa política e/ou na tomada de decisão. A classificação dos partidos no *continuum* esquerda/direita aqui utilizada é apresentada no Quadro Anexo, ao final deste estudo⁶.

A partir dessa classificação dos partidos, cada coligação foi assim definida, segundo sua consistência ideológica:

- a) consistente: quando a coligação se dá apenas entre partidos situados num mesmo “campo” do espectro político – esquerda (E), centro (C) ou direita (D). As possibilidades de coligação nesse caso são: D-D; C-C; E-E.
- b) semiconsistente: quando a coligação envolve partidos de centro com partidos de esquerda ou com partidos de direita. As possibilidades são: C-D; C-E.
- c) inconsistente: quando a coligação envolver partidos de pólos extremos (direita e esquerda). As possibilidades são: D-E; D-C-E⁷.

A Tabela 1 apresenta o tipo de candidatura (isolada ou em coligação) e a classificação ideológica das coligações lançadas ao longo do período estudado⁸. Considerando o conjunto dos cargos, das 4.838 candidaturas⁹ lançadas nas seis eleições¹⁰, em todo o país, 55% delas foram por partidos, isoladamente, e 45% foram por coligações.

⁶ Esta classificação foi formulada no âmbito de um *workshop* organizado pela pesquisadora Silvana Krause (UFG) e patrocinado pela Fundação Konrad-Adenauer, que tinha como um dos objetivos justamente uma padronização da classificação a ser utilizada pelos diversos pesquisadores envolvidos na elaboração de análises para a publicação de um livro sobre coligações no Brasil. Agradecemos à Fundação Konrad-Adenauer por seu empenho em viabilizar esse tipo de trabalho e manifestamos nossa dívida com os colegas participantes do *workshop* não só em relação a essa classificação, mas relativamente às reflexões resultantes daquele trabalho.

⁷ Uma metodologia mais adequada talvez devesse considerar também o número e o tamanho dos partidos, para uma melhor compreensão da lógica que preside as decisões sobre coligação. Não foi possível, porém, no âmbito deste trabalho, desenvolver tal metodologia. Desta forma, não serão considerados, para nossos propósitos, o número e o tamanho dos partidos de cada “campo” envolvidos na coligação.

⁸ Versão preliminar deste trabalho foi apresentada no 33º Encontro Anual da Anpocs, quando ainda não havia sido feita uma revisão final das bases de dados, resultando daí certas diferenças nos dados, entre esta e aquela versão.

⁹ O termo “candidaturas” inclui candidaturas isoladas e em coligações. E não corresponde, aqui, ao número de candidatos. Quando um partido ou coligação lança mais de um candidato ao Senado, à Câmara Federal ou à Assembleia Legislativa em determinado Estado, num ano eleitoral qualquer, aqui é contabilizada apenas uma “candidatura”, já que corresponde, para os interesses desta análise, a uma mesma estratégia, de lançar candidatos isoladamente ou em coligação (de determinado tipo).

¹⁰ Este total exclui o Senado em 1986. Sempre que tomarmos o conjunto do período vale esta ressalva.

Tabela 1 – Tipo de candidatura e classificação ideológica das coligações para governador, senador, deputados federal e estadual (1986-2006) (%)

Cargo	Tipo de Candidaturas	Ano da eleição						Total
		1986	1990	1994	1998	2002	2006	
Governador	Col. consistente	17,2%	34,1%	23,7%	17,6%	12,3%	15,3	19,2
	Col. semiconsistente consistente	5,7	14,7%	14,8%	10,8%	7,2	4,1	9,2
	Col. inconsistente	25,3%	15,5%	19,3%	27,0%	35,4%	34,2	27,4
	Total coligações	48,3	64,3	57,8	55,4	54,9	53,6	55,8
	Candidatura isolada	51,7%	35,7%	42,2%	44,6%	45,1%	46,4	44,2
	Total candidaturas (n)	(87)	(129)	(135)	(148)	(195)	(196)	(890)
Senador	Col. consistente	ND	38,07%	19,6%	17,1%	10,8%	11,1	17,6
	Col. semiconsistente consistente	ND	13,1%	12,5%	7,9	6,3	2,5	8,0
	Col. inconsistente	ND	16,1%	10,1	20,1%	32,7%	29,6	22,9
	Total coligações	ND	66,7	42,3	45,2	49,9	43,2	48,7
	Candidatura isolada	ND	32,8%	57,7%	54,9%	50,2%	56,8	51,3
	Total candidaturas (n)	ND	(137)	(168)	(164)	(223)	(199)	(891)
Deputado Federal	Col. consistente	7,8	12,5	11,4	21,1	15,6	18,5	14,3
	Col. semiconsistente consistente	3,0	7,2	7,5	7,9	7	5,6	6,3
	Col. inconsistente	4,7	4,6	9,8	21,6	34,2	30,0	17,3
	Total coligações	15,5	24,3	28,7	50,6	56,8	54,1	37,9
	Candidatura isolada	84,5	75,7	71,3	49,5	43,2	45,9	62,0
	Total candidaturas (n)	(233)	(280)	(254)	(204)	(243)	(270)	(1484)
Deputado Estadual	Col. consistente	10,4	23,8	18,7	23,8	15,5	18,9	18,7
	Col. semiconsistente consistente	4,5	7,9	9,1	9,7	6,2	7,1	7,5
	Col. inconsistente	5,9	11,0	13,7	16,5	28,9	26,8	18,6
	Total coligações	20,8	42,7	41,5	50,0	50,6	52,8	44,8
	Candidatura isolada	79,2	57,3	58,4	50,0	49,4	47,2	55,2
	Total candidaturas (n)	(202)	(227)	(219)	(278)	(308)	(339)	(1573)
Total (4 cargos)	Col. consistente	10,3	23,9	17,4	20,5	13,8	16,5	17,3
	Col. semiconsistente consistente	4,0	9,7	10,3	9,1	6,6	5,2	7,5
	Col. inconsistente	8,6	10,3	12,6	20,5	32,4	29,7	20,6
	Total coligações	22,9	43,9	40,3	50,1	52,8	51,4	45,4
	Candidatura isolada	77,0	56,0	59,7	49,9	47,2	48,6	54,5
	Total candidaturas (n)	(522)	(773)	(776)	(794)	(969)	(1004)	(4838)

Fontes: TSE, TREs, site "Dados Eleitorais do Brasil" (IUPERJ) e Sousa (2006).

Embora não linear ao longo do tempo, para os cargos proporcionais a tendência foi de crescimento das coligações em detrimento das candidaturas isoladas. O mesmo não ocorre para os cargos majoritários (que tiveram um máximo de coligações em 1990).

As coligações ideologicamente consistentes representam 17% das 4.838 candidaturas (e 38% das 2.196 coligações) lançadas em todo o período¹¹. As coligações semiconsistentes representam 7,5% das candidaturas (e 17% do total das coligações); este pequeno percentual certamente se deve ao fato de termos apenas dois partidos classificados como sendo de centro. As coligações ideologicamente inconsistentes representam 21% das candidaturas (e 45% das coligações). Ou seja, cerca de uma em cada cinco candidaturas foram lançadas por coligações que envolviam simultaneamente partidos de esquerda e direita. Considerando os quatro cargos em conjunto, as principais variações ao longo do período foram o declínio das candidaturas isoladas¹² e o crescimento das coligações inconsistentes. As coligações consistentes oscilam ao longo do período. Há uma diferença entre as eleições majoritárias e as proporcionais: nas primeiras há uma tendência de declínio das coligações consistentes, enquanto nas últimas há mais oscilações (crescimento e declínio alternados).

A hipótese de que a inconsistência ideológica tenha aumentado nas últimas eleições (que elegeram e reelegeram o presidente Lula), devido aos realinhamentos do PT, parece ganhar certo apoio devido ao fato de o maior crescimento deste tipo de coligação ter se dado entre 1998 e 2002. Essa tendência, porém, já se evidenciava anteriormente. Além disso, houve um pequeno declínio desse tipo de coligações entre 2002 e 2006, em todos os cargos analisados.

Quanto às diferenças segundo o cargo em disputa, como era de se esperar, há mais coligações nos cargos majoritários do que nos proporcionais: as coligações representam 56% do total de candidaturas para governador; 49% das candidaturas para senador; 38% para deputado federal e 45% para estadual. O mesmo acontece em relação às coligações ideologicamente

¹¹ Em alguns momentos da análise são apresentados os percentuais dos diferentes tipos de coligação calculados sobre o total de coligações. Mas, para a maioria das finalidades da presente análise, os percentuais são calculados sobre o número total de candidaturas, incluindo as isoladas. Se, por exemplo, de 100 candidaturas lançadas por um partido, 90 são candidaturas isoladas e 10 são em coligações, das quais 7 são inconsistentes, estas últimas representarão 70% das coligações, mas apenas 7% do conjunto das candidaturas lançadas. No nosso entendimento, a compreensão sobre a estratégia eleitoral de um partido é mais adequada considerando este último percentual (7%) do que o primeiro (70%).

¹² Esta conclusão, porém, é influenciada pela ausência de dados relativos ao Senado, em 1986.

inconsistentes: 27% do total das candidaturas para governador e 23% das candidaturas a senador, contra 19% das candidaturas a deputado estadual e 17% das candidaturas a deputado federal.

A análise a seguir se detém sobre os padrões de candidaturas lançadas pelos principais partidos brasileiros¹³ (PFL, PP¹⁴, PMDB, PSDB, PDT e PT) no período em questão. Considerando em conjunto os quatro cargos em análise, chama a atenção, inicialmente, na Tabela 2, a discrepância entre os percentuais de coligações, sobre o total de candidaturas lançadas (ou apoiadas) pelos principais partidos – percentuais variando de 74% (PDT) a 87% (PFL) – e o percentual de coligações (45%) sobre o conjunto total de candidaturas lançadas por todos os partidos no período¹⁵. A comparação revela que grande parte das candidaturas isoladas foi lançada por outros partidos (pequenos ou médios), que não estes seis destacados na tabela. E essa tendência é válida para todos os quatro cargos isoladamente, embora seja ainda mais clara para os cargos proporcionais.

Percebe-se também que há diferenças significativas nas estratégias partidárias, considerando o conjunto do período: PFL e PP foram os partidos que mais lançaram candidaturas por meio de coligações (87% e 83%, respectivamente). Para os outros quatro partidos, as coligações representaram entre 74% e 79% das candidaturas lançadas. O PT foi o partido que mais realizou coligações ideologicamente consistentes (39% do total das candidaturas de que participou), seguido pelo PFL (30%); já o PDT foi o que mais realizou coligações inconsistentes (53%), seguido pelo PP (38%).

¹³ Embora PDT e PP tenham diminuído sua força, no conjunto do período nos parecem ser mais importantes do que partidos que no momento atual possam ter mais peso político.

¹⁴ O atual Partido Progressista (PP) é o nome de uma organização partidária que vem mudando de sigla (eventualmente com a incorporação ou fusão de outras legendas) e cuja origem é o Partido Democrático Social (PDS), surgido em 1980 como sucessor da antiga ARENA. Em 1993, o PDS incorporou o Partido Democrata Cristão, mudando seu nome para Partido Progressista Reformador (PPR), que participou do pleito de 1994. Com a incorporação do Partido Progressista (PP), em 1995, surge o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Em 2003, o PPB muda para PP. Embora em diferentes eleições a sigla tenha sido diferente, a referência aqui será sempre à sigla PP.

¹⁵ Na realidade, os dados da coluna “total” não representam a soma das outras colunas, já que ela inclui todos os demais partidos, além dos seis ali considerados. Além disso, não é possível somar os dados referentes aos seis partidos, pois muitas coligações envolvem mais de um destes partidos, de forma que haveria duplicação da contagem.

Tabela 2 – Tipo de candidatura e classificação ideológica das coligações, para os seis principais partidos (1986-2006) (%)

Cargo	Tipo de Candidaturas	Partido						Total
		PFL	PP	PMDB	PSDB	PDT	PT	
Governador	Col. consistente	26,2	27,0	1,4	1,8	14,2	37,8	19,2
	Col. semiconsistente consistente	24,8	16,1	36,7	42,1	5,8	2,7	9,2
	Col. inconsistente	44,3	48,9	45,6	45,6	64,2	38,5	27,4
	Total coligações	95,3	92,0	83,7	89,5	84,2	79,0	55,8
	Candidatura isolada	4,7	8,0	16,3	10,5	15,8	20,9	44,2
	Total (n)	(149)	(137)	(147)	(114)	(120)	(148)	(890)
Senador	Col. consistente	24,62	23,0	3,2	4,2	16,0	45,6	17,6
	Col. semiconsistente consistente	25,4	18,6	36,2	39,2	7,5	2,4	8,0
	Col. inconsistente	35,2	46,9	36,2	35,0	56,6	39,2	22,9
	Total coligações	85,2	88,5	75,6	78,4	80,1	87,2	48,7
	Candidatura isolada	14,8	11,5	24,4	21,7	19,8	12,8	51,3
	Total (n)	(122)	(113)	(127)	(121)	(106)	(125)	(891)
Deputado Federal	Col. consistente	30,4	28,6	2,5	3,0	12,5	30,6	14,3
	Col. semiconsistente consistente	23,6	14,9	37,1	43,6	7,5	3,8	6,3
	Col. inconsistente	31,1	35,7	32,7	32,3	49,4	33,1	17,3
	Total coligações	85,1	79,2	72,3	78,9	69,4	67,5	37,9
	Candidatura isolada	14,9	20,8	27,7	21,1	30,6	32,5	62,0
	Total (n)	(161)	(154)	(159)	(133)	(160)	(160)	1484
Deputado Estadual	Col. consistente	37,3	35,3	0,6	0,7	16,6	44,9	18,7
	Col. semiconsistente consistente	25,3	16,0	43,3	50,0	5,1	3,8	7,5
	Col. inconsistente	19,6	24,4	26,8	20,1	45,9	28,2	18,6
	Total coligações	82,2	75,7	70,7	70,8	67,6	76,9	44,8
	Candidatura isolada	17,7	24,4	29,3	29,1	32,5	23,1	55,2
	Total (n)	(158)	(156)	(157)	(134)	(157)	(156)	(1573)
Total (4 cargos)	Col. consistente	30,0	28,9	1,9	2,4	14,7	39,4	17,3
	Col. semiconsistente consistente	24,7	16,3	38,5	43,8	6,4	3,2	7,5
	Col. inconsistente	32,2	38,0	35,1	32,7	53,0	34,5	20,6
	Total coligações	86,9	83,2	75,5	79,1	74,1	77,1	45,4
	Candidatura isolada	13,1	16,8	24,5	20,9	25,8	22,9	54,5
	Total (n)	(590)	(560)	(590)	(501)	(543)	(589)	(4838)

Fontes: TSE, TREs, *site* "Dados Eleitorais do Brasil" (Iuperj) e Sousa (2006).

Obs: Para o Senado, os dados referem-se apenas às eleições de 1990 a 2006.

Os baixos percentuais de coligações consistentes realizadas por PMDB e PSDB se explicam pelo fato de que apenas estes dois partidos foram classificados como estando ao centro do espectro ideológico. As coligações mais

frequentes destes partidos envolveram partidos de direita ou de esquerda (coligações consideradas aqui como semiconsistentes). E, na maioria dos casos, a preferência foi por partidos de direita. Para todos esses partidos, os percentuais de inconsistência são maiores nas eleições para governador e, na sequência, nas de senador, deputado federal e estadual. Com uma ou outra pequena exceção, essa mesma tendência vale para os percentuais de coligações (em relação ao total de candidaturas). Quanto maior o grau de dificuldade para alcançar uma cadeira, maior parece ser, portanto, o estímulo a realizar coligações eleitorais e a correr o risco de fazer coligações ideologicamente inconsistentes.

A análise da evolução dos padrões de candidaturas lançadas ao longo do período pelos principais partidos revela que o PT transita por três estratégias dominantes ao longo do período: em 1986 predominam as candidaturas isoladas (89% das candidaturas lançadas naquela eleição); de 1990 a 1998 predominam as coligações consistentes (entre 52% e 63%); em 2002 e 2006, as inconsistentes (70% e 80% das candidaturas lançadas naquelas eleições, respectivamente)¹⁶. No que se refere ao PDT, com exceção de 1986, quando a estratégia principal foi o lançamento de candidaturas isoladas (26%), em todas as demais o partido privilegiou coligações inconsistentes. No PFL predominam as coligações consistentes entre 1986 e 1994; entre 1998 e 2002, há certo equilíbrio entre coligações semiconsistentes e inconsistentes; em 2006, as inconsistentes já representam 59% das candidaturas lançadas. Quanto ao PP, entre 1986 e 1994, as candidaturas mais numerosas são aquelas em coligações consistentes; de 1998 em diante, as inconsistentes prevalecem. Como se pode perceber, em todos esses grandes (ou médios) partidos de direita e de esquerda, a tendência foi de crescimento das coligações ideologicamente inconsistentes a cada ano (com a única exceção do PDT em 2006, em que houve declínio desse tipo de coligações). Quanto aos partidos de centro, não há uma tendência unívoca: no PMDB, na primeira (1986) e na última eleição (2006), as coligações inconsistentes foram as mais numerosas; nas demais eleições, as semiconsistentes. No PSDB predominaram as coligações semiconsistentes entre 1990 e 1994; em 1998, há um equilíbrio entre as semiconsistentes e as inconsistentes. Em 2002 predominam as

¹⁶ Ver Tabela Anexa 1. Para os demais partidos, as tabelas não serão apresentadas, por problemas de espaço.

semiconsistentes, e em 2006 as inconsistentes. As coligações entre PMDB e PSDB (ou seja, as consideradas aqui como consistentes, realizadas entre partidos de centro) nunca chegaram a 10% das candidaturas lançadas por estes partidos.

A dimensão governo/oposição

De forma a verificar em que medida a dimensão relativa à polaridade governo/oposição influencia as estratégias coligacionistas, é necessário definir quais os partidos faziam parte da coalizão governista no momento em que se deu cada uma das eleições. O Quadro 1 apresenta essas informações¹⁷. Na análise dos dados, a expressão “oposição” designa o conjunto de partidos que não fazem parte da coalizão de governo, mesmo que alguns deles não tenham um comportamento claramente oposicionista no Congresso Nacional.

Quadro 1 – Coalizões governamentais no momento em que se realizaram as eleições (1986/2006)

Ano	Coalizões governamentais no momento da eleição
1986	PMDB-PFL
1990	PRN-PFL-PDS
1994	PMDB-PFL-PSDB-PP*
1998	PPS-PSDB-PMDB-PFL-PPB-PTB
2002	PSDB-PMDB-PPB
2006	PT-PSB-PCdoB-PMDB-PP-PL-PTB

Fonte: Elaboração dos autores, baseada em Amorim Neto (2006); Santos (2006); Limongi (2006); Figueiredo e Limongi (2007); Melo (2004 e 2007).

*O PP que fazia parte da coalizão governista em 1994 era outro partido, diferente do atual PP, que mais à frente se fundiu ao PPR para formar o PPB. Portanto, o PP atual (ou seu “antecedente” à época, o PPR) não fazia parte da base do governo em 1994.

Na Tabela 3 vemos, para o conjunto dos quatro cargos, na coluna “total”, que 47% de todas as candidaturas são candidaturas isoladas lançadas

¹⁷ O quadro foi elaborado a partir da comparação das definições realizadas por vários estudos anteriores (MELO, 2004 e 2007; AMORIM NETO, 2006; SANTOS, 2006; LIMONGI, 2006; FIGUEIREDO e LIMONGI, 2007). Como havia algumas diferenças entre eles, optamos pelas definições que tinham mais apoio no conjunto daquela literatura ou, em certos casos, naquela definição que nos pareceu mais correta à luz do principal critério utilizado para identificar se um partido fazia parte da base do governo: ter ministro(s) vinculado(s) ao partido.

por partidos de oposição ao governo em exercício (mais corretamente, partidos que não faziam parte da coalizão governista) no momento da eleição¹⁸. Considerando também as coligações envolvendo apenas partidos de oposição (quase 23% do total de candidaturas), vemos que cerca de sete em cada dez candidaturas envolvem apenas partidos de oposição. As candidaturas isoladas lançadas por partidos da base governista (8%) e as coligações envolvendo apenas partidos da base do governo (2%) somam outros 10%. Por fim, as coligações que envolvem simultaneamente candidatos das duas bases constituem 21% do total das candidaturas lançadas no período. Dessa forma, apenas uma em cada cinco das 4.838 candidaturas lançadas para os quatro cargos no período ultrapassou as fronteiras entre governo e oposição, no âmbito federal¹⁹.

Quando analisamos as candidaturas lançadas ou apoiadas pelos seis principais partidos, a situação muda consideravelmente. Com exceção do PT e do PDT, para os demais partidos as coligações envolvendo governo e oposição predominam. Essa diferença entre o padrão para os principais partidos e o padrão do conjunto de candidaturas se deve, em grande parte, ao fato de que há uma grande quantidade de candidaturas isoladas lançadas pelos pequenos partidos – que em geral não compõem a base do governo, pelo menos a partir do critério aqui considerado; daí a alta proporção de candidaturas isoladas de partidos de “oposição”. Entre os principais partidos, os situados mais à direita são os que menos respeitaram as fronteiras entre ser ou não da base do governo, ao estabelecer coligações; a seguir vêm os de centro e, por fim, os de esquerda. E os perfis das candidaturas dos dois partidos no interior de cada campo são semelhantes entre si: PP e PFL; PMDB e PSDB; PDT e PT. As diferenças entre as estratégias coligacionistas de PDT e PT são menores, quando consideradas a partir desta dimensão, do que quando consideradas a partir da dimensão ideológica: o PDT tem um percentual bem maior de coligações ideologicamente inconsistentes do que o PT, enquanto as diferenças aqui são menores.

¹⁸ Valem aqui as mesmas observações feitas na Nota 15.

¹⁹ Se considerarmos apenas o conjunto das candidaturas lançadas por coligações (desconsiderando as candidaturas isoladas), as coligações envolvendo simultaneamente partidos da base do governo e da oposição representam 46,5% desse conjunto.

Tabela 3 – Tipo de candidatura e classificação das coligações para governador, senador, deputados federal e estadual, segundo a dimensão governo/oposição, para os seis principais partidos (1986-2006) (%)

Cargo	Tipo de Candidaturas	Partido						Total
		PFL	PP	PMDB	PSDB	PDT	PT	
Governador	Cand. isol. part. governo	3,4	3,6	12,2	2,6	0	0	4,5
	Cand. isol. part. oposic.	1,3	4,4	4,1	7,9	15,8	20,9	39,7
	Col. só part. governo federal	4,0	3,6	4,8	4,4	0	4,7	2,1
	Col. só part. oposição	6,0	2,9	6,1	11,4	44,2	56,1	24,4
	Col. gov. e oposição	85,2	85,4	72,8	73,7	40,0	18,2	29,3
	Total (n)	(149)	(137)	(147)	(114)	(120)	(148)	890
Senador	Cand. isol. part. governo	11,5	6,2	19,7	11,7	0	0,8	9,2
	Cand. isol. part. oposic.	3,3	5,3	5,5	10,0	19,8	12,0	42,1
	Col. só part. governo federal	5,7	3,5	7,1	5,0	0	4,8	2,2
	Col. só part. oposição	5,7	0,9	11,0	14,2	50,9	61,6	23,7
	Col. gov. e oposição	73,8	84,1	56,7	59,2	29,2	20,8	22,8
	Total (n)	(122)	(113)	(127)	(120)	(106)	(125)	(891)
Deputado Federal	Cand. isol. part. governo	14,3	11	22,0	10,5	0	0	7,6
	Cand. isol. part. oposic.	1,2	10,4	5,7	10,5	30,6	32,5	54,4
	Col. só part. governo federal	1,9	1,3	6,3	4,5	0	5,6	1,3
	Col. só part. oposição	7,5	1,9	5,0	13,5	38,8	43,8	18,2
	Col. gov. e oposição	75,2	75,3	61,0	60,9	30,6	18,1	18,5
	Total (n)	(161)	(154)	(159)	(133)	(160)	(160)	(1484)
Deputado Estadual	Cand. isol. part. governo	12,0	14,7	24,8	16,4	0	0,6	8,5
	Cand. isol. part. oposic.	6,3	10,3	4,5	12,7	32,5	22,4	46,8
	Col. só part. governo federal	5,1	6,4	5,1	7,5	0	7,7	2,0
	Col. só part. oposição	10,1	1,9	7,0	14,9	45,2	55,1	24,5
	Col. gov. e oposição	66,5%	66,7%	58,6	48,5	22,3	14,1	18,2
	Total (n)	(158)	(156)	(157)	(134)	(157)	(156)	(1573)
Total (4 cargos)	Cand. isol. part. governo	10,3	9,3	19,8	10,5	0	0,3	7,6
	Cand. isol. part. oposic.	3,0	7,9	5,3	10,5	25,8	22,6	46,7
	Col. só part. Governo federal	4,1	3,7	5,7	5,4	0	5,8	1,8
	Col. só part. oposição	7,5	1,9	7,1	13,5	44,2	53,7	22,6
	Col. gov. e oposição	75,0	77,2	62,0	60,0	30,0	17,6	21,2
	Total (n)	(590)	(560)	(590)	(501)	(543)	(589)	(4838)

Fontes: TSE, TREs, site "Dados Eleitorais do Brasil" (Iuperj) e Sousa (2006).

Obs: Para o Senado os dados referem-se apenas às eleições de 1990 a 2006.

As taxas de sucesso eleitoral de cada tipo de candidatura

Será testada aqui a hipótese de que coligações ideologicamente inconsistentes são punidas pelos eleitores, a partir da análise das taxas de sucesso

eleitoral (proporções de eleitos sobre o número de candidatos) de cada tipo de candidatura. Devido à dificuldade muito maior de fazer esse estudo para os cargos de deputado federal e estadual, só foi possível, no âmbito deste trabalho, analisar os cargos majoritários²⁰.

No conjunto do período, considerando os dois cargos, como se pode ver na Tabela 4, a taxa de sucesso eleitoral de candidaturas lançadas por coligações foi quase cinco vezes maior do que a taxa de sucesso eleitoral das candidaturas isoladas (28,1% e 5,7%, respectivamente). As coligações semiconsistentes e as inconsistentes foram as que mostraram maior taxa de sucesso eleitoral no conjunto do período: 35% e 34%, respectivamente. Das candidaturas lançadas por coligações realizadas apenas por partidos do mesmo campo ideológico, cerca de 18% foram eleitas. Há diversas variações ao longo do período, mas, em boa parte, sem um sentido unívoco. Chamam a atenção, dois fatos: o primeiro é a tendência de declínio, entre 1994 e 2006, do rendimento das candidaturas isoladas, chegando, em 2006 à seguinte situação: dos 113 candidatos ao Senado lançados por um partido, isoladamente, apenas dois se elegeram. E nenhum dos 91 candidatos a governador lançados por um partido, isoladamente, se elegeu. O segundo fato marcante é a queda para zero, em 2006, da taxa de sucesso eleitoral das coligações ideologicamente consistentes; nenhuma das 22 candidaturas ao Senado e das 30 a governador assim classificadas naquela eleição teve sucesso.

Assim, pode-se concluir que os eleitores não têm punido coligações envolvendo partidos de diferentes campos eleitorais; pelo contrário, são exatamente estas coligações as que têm tido maior rendimento eleitoral em todo o período. Se agregarmos, de um lado todas as coligações semiconsistentes e as inconsistentes e, de outro, as candidaturas isoladas e as coligações consistentes, aquelas tiveram uma taxa de sucesso eleitoral quase quatro vezes maior do que estas (34% e 9%, respectivamente).

²⁰ Nesta análise, diferentemente das anteriores, estamos considerando, na eleição para o Senado, o número efetivo de candidatos (e não "candidaturas"). Assim, quando um partido ou coligação lançar dois candidatos, será considerada não uma candidatura, mas dois candidatos. Esta parece ser a forma mais adequada para calcular a taxa de sucesso de cada estratégia adotada por partidos e coligações. Em trabalho relativo apenas à eleição para senador, a ser publicado pela Fundação Konrad-Adenauer, não havíamos considerado o número de candidatos desta forma. Por isso, e devido a uma revisão final feita na base de dados após aquela publicação, há certas diferenças entre os resultados apresentados aqui e naquele estudo.

Tabela 4 – Taxas de sucesso eleitoral de cada tipo de candidatura ou coligação (segundo classificação ideológica), para os cargos de governador e senador (1990-2006)

Cargo	Ano	Coligações			Total Coligações	Candidaturas isoladas
		Consistentes	Semi-consistentes	Inconsistentes		
Governador	1986	0	100	54,5	40,5	6,7
	1990	31,8	26,3	35,0	31,3	2,2
	1994	21,9	30,0	38,5	29,5	8,8
	1998	7,7	37,5	37,5	29,5	3,0
	2002	12,5	28,6	26,1	23,4	2,3
	2006	0	50,0	34,3	25,7	0
	(1986/2006) Eleitos (%)	15,2	36,6	34,8	28,4	3,3
	(1986/2006) Candidatos (n)	(171)	(82)	(244)	(497)	(393)
Senador	1990*	24,1	20,0	30,8	24,0	9,8
	1994	18,9	28,2	43,3	27,9	18,2
	1998	14,2	46,2	33,3	28,4	6,7
	2002	30,8	40,0	26,4	29,4	3,1
	2006	0	60,0	37,2	29,1	1,8
	(1990/2006) Eleitos (%)	20,0	33,3	32,3	27,8	7,5
	(1990/2006) Candidatos (n)	(200)	(102)	(254)	(556)	(493)
Governador + Senador	(1986/2006) Eleitos (%)	17,5	34,8	33,5	28,1	5,7
	(1986/2006) Candidatos (n)	(371)	(184)	(498)	(1053)	(886)

Fontes: TSE, TREs, *site* "Dados Eleitorais do Brasil" (Iuperj) e Sousa (2006).

Obs.: Percentuais não somam 100% nem nas linhas, nem nas colunas. Eles representam a divisão do número de candidaturas vencedoras, pelo número total de candidaturas (para cada tipo, em cada ano, ou no total do período).

*Em 1990, foram disputadas três cadeiras no Amapá e em Roraima, por ter sido esta a primeira eleição para o Senado nestes estados.

As estratégias de lançar candidato isoladamente ou em coligações ideologicamente consistentes se mostraram pouco eficazes eleitoralmente, em especial na última eleição, em que das 256 candidaturas majoritárias lançadas por estas duas formas, em conjunto, apenas duas (para senador) tiveram sucesso, revelando que essas estratégias são cada vez menos interessantes para os partidos (em particular as candidaturas isoladas), se considerado apenas o cálculo eleitoral mais imediato. A grande quantidade de candidaturas desse tipo, no entanto, faz pensar que outros objetivos devem presidir boa parte das decisões dos partidos que as lançam.

A Tabela 5 apresenta as taxas de sucesso eleitoral de cada tipo de candidatura para os cargos de governador e senador, segundo a polaridade governo/oposição. Considerando o conjunto das candidaturas para os dois cargos em todo o período, as coligações que agregavam (nos momentos eleitorais) partidos da base governista e da oposição, simultaneamente, são as que tiveram maior sucesso eleitoral: 42% dos candidatos lançados por este tipo de coligação se elegeram; a seguir, com taxas de sucesso em torno de 29% vêm as candidaturas isoladas de partidos que apoiavam o governo federal e as coligações incluindo apenas partidos da base governista. As coligações envolvendo apenas partidos que não faziam parte da coalizão governista tiveram taxa de sucesso de 13%, e dos candidatos lançados isoladamente por partidos que não apoiavam o governo federal apenas 1,6% se elegeram.

Para o conjunto do período não há diferenças relevantes entre os padrões encontrados para as eleições a governador e a senador. Mas há variações temporais significativas, que talvez possam ser explicadas lançando mão de outras variáveis, como tamanho dos partidos e avaliações de desempenho dos governos federal e estaduais, por exemplo. A análise da influência de outras variáveis sobre a taxa de sucesso eleitoral das diferentes candidaturas exigiria um estudo mais aprofundado e sistemático (idealmente uma análise multivariada incluindo ainda outras variáveis), que não foi possível realizar neste trabalho.

Tabela 5 – Taxas de sucesso eleitoral de cada tipo de candidatura ou coligação para governador e senador, segundo a polaridade governo/oposição (1986-2006)

Cargo	Ano	Cand. isolada partido governo	Cand. isolada partido oposição	Coligações só com partidos governo	Coligações só com partidos oposição	Coligações partidos governo e oposição
Governador	1986	60	0	-	0	53,1
	1990	14,3	0	0	25,0	40,5
	1994	50	2,0	33,3	16,6	37,8
	1998	33,3	0	0	6,9	41,2
	2002	22,2	0	33,3	12,1	42,1
	2006	0	0	22,2	5,3	39,7
	(1986/2006) Eleitos (%)	30,0	0,3	21,0	12,9	41,8
	(1986/2006) Candidatos (n)	(40)	(353)	(19)	(217)	(261)
Senador	1990*	0	12,5	50,0	14,3	41,0
	1994	56,7	3,8	42,9	10,9	37,8
	1998	28,6	0	0	9,8	43,2
	2002	14,3	0,9	66,7	17,1	47,5
	2006	0	1,9	12,5	7,7	42,3
	(1990/2006) Eleitos (%)	28,9	2,7	36,0	13,4	42,2
	(1990/2006) Candidatos (n)	(90)	(403)	(25)	(268)	(263)
Governador + Senador	(1986/2006) Eleitos (%)	29,2	1,6	29,5	13,2	42,0
	(1986/2006) Candidatos (n)	(130)	(756)	(44)	(485)	(524)

Fontes: TSE, TREs, *site* "Dados Eleitorais do Brasil" (luperj) e Sousa (2006).

Obs.: Percentuais não somam 100% nem nas linhas, nem nas colunas. Eles representam a divisão do número de candidaturas vencedoras, pelo número total de candidaturas (para cada tipo, em cada ano, ou no total do período).

De toda forma, será feita aqui uma análise preliminar dos possíveis efeitos da avaliação, feita pelos eleitores, do desempenho do governo federal em exercício, de forma a testar a hipótese de que uma boa avaliação do governo no momento da eleição favorece os partidos da coalizão governista, e, ao contrário, uma má avaliação favorece a oposição²¹.

²¹ Tomamos como indicador de avaliação dos governos a diferença entre o percentual de eleitores que avaliavam o governo como ótimo ou bom e o percentual dos que o avaliavam como ruim ou péssimo, na última pesquisa nacional Datafolha anterior a cada eleição para os cargos em análise.

Tabela 6 – Taxa de sucesso eleitoral das candidaturas governistas e oposicionistas, para os cargos de governador e senador (1986-2006)

Cargo	Ano / Governo	Taxa de sucesso eleitoral (%)	
		Governo*	Oposição*
Governador	1986 (Sarney)	60	0
	1990 (Collor)	11,1	13,2
	1994 (Itamar)	45,5	7,6
	1998 (FHC-1)	25,0	2,2
	2002 (FHC-2)	25,0	5,5
	2006 (Lula)	14,3	1,6
	Total (1986-2006) (%)	27,1	5,1
	Nº candidaturas	(59)	(570)
Senador	1990 (Collor)	7,7	13,6
	1994 (Itamar)	54,1	6,3
	1998 (FHC-1)	26,1	2,1
	2002 (FHC-2)	25,9	8,9
	2006 (Lula)	6,7	3,0
	Total (1990-2006) (%)	30,4	7,0
	Nº candidaturas	(115)	(671)
Governador + Senador	(1986/2006) Eleitos (%)	29,3	6,1
	(1986/2006) Candidatos (n)	(174)	(1241)

Fontes: TSE, TREs, *site* “Dados Eleitorais do Brasil” (Iuperj) e Sousa (2006).

*“Governo” inclui as candidaturas lançadas isoladamente por partidos da base do governo e as coligações envolvendo apenas partidos da coalizão de governo; “oposição”, as candidaturas lançadas isoladamente por partidos da oposição e as coligações envolvendo apenas partidos da oposição.

Na Tabela 6, compara-se o conjunto das candidaturas “puramente governistas” (candidaturas isoladas ou em coligações só de partidos da base do governo) com as “puramente oposicionistas” (isoladas ou em coligações só de partidos da oposição), apresentando as taxas de sucesso eleitoral relativas a cada um desses conjuntos.

Assim, o segundo mandato do presidente FHC (FHC-2) teve uma avaliação predominantemente negativa (diferença negativa de 6 pontos percentuais); os governos Collor e Itamar, uma avaliação positiva (diferenças positivas de 14 e 19%, respectivamente), e o primeiro mandato de FHC (FHC-1) e o primeiro de Lula, uma avaliação positiva maior (diferenças positivas de 26 e 30%, respectivamente). Não conseguimos dados relativos à avaliação geral do governo Sarney no momento das eleições de 1986. A avaliação do Plano Cruzado I, porém, era bastante positiva (CARREIRÃO, 2002, p. 187). Como em geral a avaliação geral do governo à época acompanhava a avaliação da economia, pode-se supor que a avaliação geral do governo fosse também bastante positiva.

Uma primeira observação é que, considerando conjuntamente os dois cargos, há sete vezes mais candidaturas “puramente oposicionistas” (1.241) do que “puramente governistas” (174); estas últimas, por outro lado, têm uma taxa de sucesso quase cinco vezes maior do que aquelas, no conjunto do período (29,3% e 6,1%, respectivamente). Nas eleições para governador, a relação entre taxas de sucesso de candidaturas “puramente governistas” e candidaturas “puramente oposicionistas” é maior (5,3 vezes) do que nas eleições para senador (4,3 vezes).

Há alguns indícios que apóiam a hipótese em análise, de que haveria uma associação entre avaliação de governo (federal) e taxa de sucesso nas coligações. Entre as candidaturas “puramente oposicionistas”, as melhores taxas de sucesso foram nas eleições sob os governos Collor, FHC-2 e Itamar, que foram os pior avaliados entre os seis aqui estudados. As piores taxas de sucesso para as candidaturas oposicionistas foram sob os governos Sarney, FHC-1 e Lula, os melhor avaliados. Para o cargo de governador, a maior taxa de sucesso das candidaturas “puramente governistas” (bem acima das demais) foi em 1986, durante o governo Sarney (bem avaliado), quando o PMDB e PFL venceram o pleito para governador em todos os Estados²². Por outro lado, há indícios na direção oposta: a maior taxa de sucesso dos partidos governistas nas eleições para senador (e a segunda maior nas eleições para governador) se deu em 1994, tendo o governo Itamar uma avaliação apenas intermediária, entre os analisados aqui. E as candidaturas “puramente governistas” para o Senado que tiveram a menor taxa de sucesso (6,7%) são as que ocorreram sob o governo Lula, o melhor avaliado (ou um dos melhores, já que não temos os dados para o governo Sarney). Deve-se considerar, porém, que em 2006 a maior taxa de sucesso eleitoral foi das coligações que envolviam partidos do governo e da oposição, e que as taxas de sucesso eleitoral das candidaturas “puramente oposicionistas” foram muito baixas, como já assinalado. Só uma análise mais pormenorizada da composição das coligações envolvendo partidos do governo e da oposição, simultaneamente, permitiria uma avaliação mais criteriosa da validade da hipótese em pauta. A avaliação preliminar aqui realizada parece indicar que há certa tendência de melhores taxas de sucesso por parte dos

²² Embora não tenhamos dados completos para a disputa ao Senado em 1986, o fato é que PMDB e PFL, que formavam a coalizão de governo naquele momento, elegeram 92% das 48 vagas em disputa naquele ano. Portanto, a taxa de sucesso das candidaturas “governistas” ao Senado provavelmente também deve ter sido alta.

partidos oposicionistas quando o governo é mal avaliado pelos eleitores. Mas, especialmente os resultados de 1998 e 2006 indicam que uma boa avaliação do Presidente da República em exercício não garante aos partidos que compõem sua base de apoio no Congresso que o lançamento de candidaturas sem o apoio de partidos da oposição tenha boas chances de sucesso.

Considerações finais

Dos principais padrões encontrados em nossa análise destacamos os seguintes:

1º) No conjunto do período estudado, 45% das candidaturas foram lançadas através de coligações e 55%, por candidaturas isoladas de um único partido. O lançamento de candidaturas isoladas continua sendo uma estratégia muito utilizada, sobretudo pelos partidos que não compõem a base de apoio ao governo federal (estas corresponderam a 47% de todas as candidaturas lançadas no período e a 44% das candidaturas lançadas ainda em 2006). Esse aspecto será retomado adiante.

2º) Entre as coligações, as ideologicamente inconsistentes foram as mais frequentes (20,6% do total das 4.838 candidaturas no conjunto do período), seguidas das consistentes (17,3%). Estas são as tendências do conjunto das coligações, incluindo aquelas que envolvem apenas pequenos partidos. Considerando apenas os principais partidos, este leve predomínio das inconsistentes sobre as consistentes ocorre também nas coligações realizadas pelo PFL; no PP, o predomínio das inconsistentes é maior e no PDT ainda mais (53% x 15%). No caso de PMDB e PSDB, as coligações consideradas consistentes são apenas aquelas realizadas entre estes dois partidos apenas, razão pela qual são pouco frequentes. O padrão mais comum para estas siglas é o de coligações semiconconsistentes, com predomínio daquelas realizadas com agremiações localizadas à direita do espectro ideológico. O PT foi o único partido em que as coligações consistentes superaram as inconsistentes (39% x 34%) no conjunto do período.

3º) Para todos os principais partidos, os percentuais de coligações inconsistentes são maiores nas eleições para governador e, na sequência, nas de senador, deputado federal e estadual. Com poucas exceções, esta mesma tendência vale para os percentuais de coligações (em relação ao total de candidaturas). Quanto maior o grau de dificuldade para alcançar uma cadeira, maior parece ser, portanto, o estímulo a que estes partidos realizem coligações eleitorais e corram o risco de fazer coligações ideologicamente inconsistentes.

4º) Uma tendência importante foi o crescimento das coligações ideologicamente inconsistentes ao longo do período. Considerando o conjunto das candidaturas (inclusive aquelas envolvendo apenas pequenos partidos), esse crescimento vai até 2002, ocorrendo uma pequena queda na porcentagem destas coligações em 2006. Para esse conjunto de coligações, nas eleições proporcionais houve um crescimento contínuo das coligações inconsistentes entre 1986 e 2002. Na eleição para governador, essa tendência começou em 1990 e para senador, em 1994. Quando se considera apenas os seis principais partidos, essa tendência é ainda mais clara entre os partidos de esquerda (PT e PDT) e direita (PP e PFL), embora entre os partidos de centro (PMDB e PSDB) tenha havido oscilações. Além disso, para cinco deles – a exceção é o PDT – houve um grande crescimento das inconsistentes entre 2002 e 2006.

Esta tendência se deve a vários fatores, entre os quais, provavelmente, o aumento da fragmentação do sistema partidário (aumentando a competição e, portanto, incentivando a busca por alianças, mesmo com risco de perda de militantes e simpatizantes), o fim da Guerra Fria e o próprio fato de os partidos perceberem que os eleitores não punem este tipo de coligação²³. No conjunto dos quatro cargos, essa tendência se acelera em 1998, quando pela primeira vez a porcentagem de coligações inconsistentes se iguala à porcentagem de consistentes (20,5% do total das candidaturas); em 2002, a aceleração dessa tendência é ainda maior: as inconsistentes passam a ser 32% do total das candidaturas lançadas contra apenas 14% das consistentes. A estratégia petista de consolidar publicamente nessa eleição – através da aliança com o PL na eleição presidencial e da divulgação da “Carta aos Brasileiros”, entre outras coisas – uma tendência que no interior do partido já vinha de alguns anos, de “moderação” de seu discurso e comportamento, em contraste com a radicalidade anterior, parece ser uma das principais causas desse salto, já que o PT era a referência ideológica mais importante do sistema partidário brasileiro. Note-se que entre 1998 e 2002 as coligações inconsistentes passam de 33% para 70% das candidaturas lançadas pelo partido. As práticas do PT durante o governo Lula só fizeram reduzir a distância ideológica entre este partido e os demais, aos olhos do eleitorado. Assim, em nossa avaliação, uma grande variedade ideológica na composição das coligações ainda

²³ Ver Carreirão (2006, p. 157) para uma análise mais detalhada destes fatores.

deve prevalecer no futuro próximo, já que os fatores que impulsionam esta variedade permanecem atuando.

5º) Considerando a dimensão que separa governo e oposição no âmbito do governo federal, as candidaturas isoladas lançadas por partidos que não fazem parte da coalizão governista (47% do total das candidaturas) são as mais frequentes; além destas, destacam-se, para o conjunto do período, as coligações envolvendo apenas partidos da oposição (23%) e as que agregam partidos da base governista e da oposição (21%). As candidaturas isoladas lançadas por partidos da base governista e as coligações apenas entre partidos desta base são bem menos frequentes (8% e 2%, respectivamente). Entre os grandes partidos, os situados mais à direita (PFL e PP) são os que menos respeitaram as fronteiras entre ser ou não da base do governo, ao estabelecer coligações; a seguir vêm os de centro (PMDB e PSDB) e, por fim, os de esquerda (PT e PDT).

6º) No conjunto do período, a taxa de sucesso eleitoral de candidaturas lançadas por coligações foi quase cinco vezes maior do que a taxa de sucesso eleitoral das candidaturas isoladas. Lançar candidaturas isoladas ou através de coligações apenas com partidos do mesmo campo ideológico leva a taxas de sucesso eleitoral significativamente menores do que através de coligações que envolvem partidos de diferentes campos ideológicos. Os eleitores, portanto, não têm punido coligações ideologicamente inconsistentes. E, como já foi observado, a percepção desse comportamento do eleitor, por parte dos dirigentes partidários, deve ter contribuído para a ampliação das coligações inconsistentes, ao longo do período.

7º) Nas eleições majoritárias, considerando o conjunto do período, as coligações que agregam partidos da base governista e da oposição (simultaneamente) são as que tiveram maior taxa de sucesso eleitoral (42%), seguidas pelas coligações incluindo apenas partidos da base governista e pelas candidaturas isoladas lançadas por partidos desta base (29% cada). Dos candidatos lançados isoladamente por partidos que não apoiavam o governo federal, apenas 1,5% se elegeram. E coligações exclusivamente com partidos de oposição tiveram taxa de sucesso de 13%. O conjunto das candidaturas “puramente governistas” (candidaturas isoladas ou em coligações só de partidos da base do governo) apresentou uma taxa de sucesso eleitoral quase cinco vezes maior do que as candidaturas “puramente oposicionistas” (isoladas ou em coligações só de partidos da oposição). Candidaturas que contam com o apoio de partidos da coalizão de apoio ao governo federal, portanto, têm maiores chances de vitória.

8º) A estratégia de lançar candidato isoladamente se mostrou pouco eficaz eleitoralmente, em especial na última eleição, revelando ser esta estratégia cada vez menos interessante para os partidos, se considerado apenas o cálculo eleitoral mais imediato. Houve, porém, uma grande quantidade de candidaturas deste tipo, em todos os anos eleitorais e para todos os cargos. Parte da explicação para este último fato está nas limitações à escolha de parceiros devido, justamente, à competição por parceiros entre os diferentes partidos. Mas, para além desta limitação, parece claro que objetivos de outra natureza (que não o cálculo eleitoral imediato) devem presidir parte das decisões dos partidos que as lançam. Entre esses objetivos pode estar a formação de imagens ideológicas nítidas visando atrair, no curto prazo, filiados e militantes e, no longo prazo, talvez votos. Este parece ser claramente o caso do PT no início do período e de partidos radicais de esquerda como PSOL, PSTU e PCO mais recentemente. Talvez o lançamento de candidatos próprios a cargos majoritários possa ser uma estratégia importante, em especial quando os partidos ainda têm uma estruturação partidária frágil em determinados estados. Isso poderia explicar em parte o fato de que os principais partidos lançam menos candidaturas isoladas do que os pequenos e médios; além disso, estaria em acordo com o fato de que os principais partidos (com a única exceção do PMDB) tiveram sua maior porcentagem de candidaturas isoladas na primeira das eleições aqui analisadas de que participaram. Em outros casos ainda, pode se tratar apenas de uma estratégia pontual de “formar palanque” em determinados estados para ajudar um candidato do partido a Presidente da República que não tenha conseguido se coligar com outras forças partidárias relevantes (o que parece ser o caso do PPR em 1994 e do PDT em 2006, por exemplo). De toda forma, o relevante é perceber que nem todas as estratégias partidárias têm como horizonte apenas o resultado eleitoral imediato.

É importante indicar algumas das principais limitações deste trabalho, inclusive para que estudos posteriores possam evitá-las. Na análise da dimensão governo/oposição, nossa definição de oposição – ao não diferenciar os partidos que fazem oposição efetiva aos governos em exercício daqueles que não compõem a base do governo, mas também não se comportam como oposição sistemática – não foi suficientemente refinada para captar eventuais motivações dos partidos que podem ser importantes, ao realizar as coligações. Além disso, um modelo explicativo mais completo para as variações encontradas ao longo do tempo nas taxas de sucesso eleitoral das diferentes

candidaturas precisaria, para ser mais eficaz, utilizar outros procedimentos metodológicos (preferencialmente utilizando análise multivariada) e incluir outras variáveis além das aqui analisadas (especialmente importantes seriam aquelas vinculadas ao tamanho dos partidos, às coligações nas eleições para governador e às coalizões de governo, em âmbito estadual). De toda forma, esperamos que o trabalho possa contribuir para o conhecimento de algumas das estratégias dos partidos ao lançarem candidatos para esse pleito, bem como para a compreensão das respostas dos eleitores a essas estratégias.

Referências bibliográficas

- AMORIM NETO, Octavio. 2006. *Presidencialismo e governabilidade nas Américas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Konrad-Adenauer Stiftung.
- CARREIRÃO, Yan. 2002. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Ed. UFSC/Ed. FGV.
- _____. 2006. “Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina”. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 136-163.
- DALMORO, Jefferson & FLEISCHER, David. 2005. “Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade”. In: KRAUSE, Silvana & SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung/Editora Unesp.
- DANTAS, Humberto. 2007. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004*. São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: USP.
- FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. 2007. “Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira”. In: MELO, Carlos R. & SÁEZ, Manuel (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- FIGUEIREDO, Marcus. 1994. “A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral”. *Cadernos de Conjuntura*, n. 50, p. 3-14.
- FIORINA, Morris. 1981. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press.
- KEY, Vladimir O. 1966. *The responsible electorate: rationality in presidential voting, 1936-1966*. Cambridge: Belknap Press.
- KRAUSE, Silvana. 2005. “Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994-2002)”. In: KRAUSE, Silvana & SCH-

- MITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung/ Editora Unesp.
- LEMOS, Leany B. (org.). 2008. *O Senado federal brasileiro no pós-Constituinte*. Brasília: Senado Federal/Edições Unilegis.
- LAVAREDA, Antônio. 1991. *A democracia nas urnas: o processo eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo.
- LIMA JR., Olavo Brasil. 1983. *Partidos políticos brasileiros: 45 a 64*. Rio de Janeiro: Graal.
- LIMONGI, Fernando. 2006. "Presidencialismo e governo de coalizão". In: AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- MACHADO, Aline. 2005. "A lógica das coligações no Brasil". In: KRAUSE, Silvana & SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung/ Editora Unesp.
- MACHADO, Carlos M. M. 2007. *Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004*. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB.
- _____ & MIGUEL, Luis Felipe. 2008. "Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais". Trabalho apresentado no 6º Encontro da ABCP. Campinas, Unicamp, 29 de julho a 1º de agosto.
- MELO, Carlos R. 2004. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- _____. 2007. "Nem tanto ao mar, nem tanto à terra.: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro". In: MELO, Carlos & SÁEZ, Manuel (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- MIGUEL, Luis Felipe & MACHADO, Carlos. 2007. "Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004)". *Dados*, vol. 50, n. 4, p. 757-793.
- NICOLAU, Jairo M. 1994. "Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário". *Cadernos de Conjuntura*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 15-19.
- _____. 1996. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- NOVAES, Carlos A. M. 1994. "Dinâmica institucional da representação:

- individualismo e partidos na Câmara dos Deputados”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 38, p. 99-147.
- OLIVEIRA, Isabel R. 1973. “Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 163-183.
- RIBEIRO, Pedro J. F. 2005. “Acordos partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais municipais”. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 25 a 29 de outubro.
- RODRIGUES, Leôncio M. 2002. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, Fabiano. 2006. “Governos de coalizão no sistema presidencial: o caso do Brasil sob a égide da Constituição de 1988”. In: AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- SANTOS, Wanderley G. 1987. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice.
- SCHMITT, Rogério. 1999. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj.
- _____. 2005. “Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira”. In: KRAUSE, Silvana & SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung/Editora Unesp.
- SCHWARTZMAN, Simon. 1971. “Veinte años de democracia representativa en Brasil”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, v. 2, n. 1, p. 26-46.
- SINGER, André. 2000. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- SOARES, Gláucio. A. D. 1964. “Alianças e Coligações Eleitorais: Notas para uma Teoria”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17, p. 95-124.
- SOUSA, Vivaldo R. 2006. *As coligações partidárias: período 1986-94 versus 1954-62*. Brasília: Câmara dos Deputados (Coleção Parlamento em Teses).
- SOUZA, Maria C. C. 1976. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- TAVARES, José A. G. 1998. *Reforma política e retrocesso democrático*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Quadro Anexo – Classificação dos partidos na escala esquerda-direita

Sigla	Nome do partido	Classificação
PC do B	Partido Comunista do Brasil	Esquerda
PCB	Partido Comunista Brasileiro	
PCO	Partido da Causa Operária	
PDT	Partido Democrático Trabalhista	
PH	Partido Humanista	
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	
PMN	Partido da Mobilização Nacional	
PPS	Partido Popular Socialista	
PS	Partido Socialista	
PSB	Partido Socialista Brasileiro	
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados	
PT	Partido dos Trabalhadores	
PV	Partido Verde	
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Centro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	
PAN	Partido dos Aposentados da Nação	Direita
PAP	Partido da Ação Progressista	
PAS	Partido da Ação Social	
PASART	Partido Agrário Renovador Trabalhista	
PBM	Partido Brasileiro das Mulheres	
PCN	Partido Comunitário Nacional	
PD	Partido Democrata	
PDC	Partido Democrata Cristão	
PDN	Partido Democrático Nacional	
PDS	Partido Democrático Social	
PEB	Partido Estudantil Brasileiro	
PFL	Partido da Frente Liberal	
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores	
PJ	Partido da Juventude	
PL	Partido Liberal	
PLH	Partido Liberal Humanista	
PLP	Partido Liberal Progressista	
PLT	Partido Liberal Trabalhista	
PMB	Partido Municipalista Brasileiro	
PMC	Partido Municipalista Comunitário	

Quadro Anexo – Continuação

PN	Partido Nacionalista	Direita
PND	Partido Nacionalista Democrático	
PNT	Partido Nacionalista dos Trabalhadores	
PP	Partido Populista	
PP	Partido Progressista	
PPB	Partido do Povo Brasileiro	
PPR	Partido Progressista Reformador	
PRB	Partido Republicano Brasileiro	
PRN	Partido da Renovação Nacional	
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional	
PRP	Partido Republicano Progressista	Direita
PRS	Partido das Reformas Sociais	
PRT	Partido Reformador Trabalhista	
PSC	Partido Social Cristão	
PSD	Partido Social Democrático	
PSDC	Partido Social Democrático Cristão	
PSL	Partido Social Liberal	
PSN	Partido do Solidarista Nacional	
PST	Partido Social Trabalhista	
PSU	Partido Socialista Unido	
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	
PTC	Partido Trabalhista Cristão	
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	
PTN	Partido Trabalhista Nacional	
PTR	Partido Trabalhista Renovador	
PTRB	Partido Trabalhista Renovador Brasileiro	

Tabela Anexa – Tipo de candidatura e classificação ideológica das coligações realizadas pelo PT (Evolução – 1986-2006) (%)

Cargo	Tipo de Candidaturas	Ano da eleição					
		1986	1990	1994	1998	2002	2006
Total (todos os cargos)	Candidatura isolada	89	29	27	13	3	2
	Col. consistente	8	57	63	52	27	18
	Col. semiconsistente	0	11	5	2	0	0
	Col. inconsistente	3	3	6	33	70	80
	Total candidaturas (n)	(66)	(107)	(102)	(103)	(108)	(103)

Resumo

O trabalho analisa as estratégias dos partidos brasileiros ao lançar candidatos para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual em todo Brasil, no período compreendido entre 1986 e 2006. Mostra que, entre os pequenos e médios partidos, as candidaturas isoladas, sem coligações, são maioria. Mas, entre os grandes partidos, predominam as coligações, especialmente as ideologicamente inconsistentes. Apenas o PT realizou mais coligações ideologicamente consistentes do que inconsistentes no conjunto do período; mas este padrão se inverteu em 2002 e 2006. A análise também revela que os eleitores não têm punido coligações ideologicamente inconsistentes. Além disso, candidaturas que contam com o apoio de partidos da coalizão de apoio ao governo federal têm maiores chances de vitória do que as que contam com o apoio apenas de partidos da oposição.

Palavras-chave: Coligações eleitorais; partidos políticos; ideologia partidária; política brasileira.

Abstract

This article analyzes the strategies of Brazilian political parties in launching their candidates for governor, senator, federal and state representatives, in the period 1986-2006. It shows that in the case of small and medium-sized parties, the candidacies are for the most part isolated and not involving party alliances. Among the major parties, however, the pattern of alliances prevails, but such alliances are for the most part ideologically inconsistent. Only the Workers' Party performed alliances more ideologically consistent than inconsistent in the referred period, a pattern that has been reversed in 2002 and 2006. The analysis reveals as well that the voters have not been punishing the ideologically inconsistent alliances. In addition, candidates from parties belonging to the governmental coalition have better chances of victory than those supported by opposition parties alone.

Key words: Electoral alliances, political parties, party ideology, Brazilian politics.

Recebido em abril de 2010.

Aprovado em junho de 2010.